



**Processo nº** 16.711-8/2017  
**Interessada** PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE  
**Assunto** Representação de Natureza Interna  
**Relator** Conselheiro Interino ISAIAS LOPES DA CUNHA  
**Sessão de Julgamento** 22-11-2018 – Segunda Câmara

### ACÓRDÃO Nº 128/2018 – SC

**Resumo:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE. REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA ACERCA DE IRREGULARIDADES NO RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS. JULGAMENTO PELA PARCIAL PROCEDÊNCIA. DETERMINAÇÃO DE APENSAMENTO AO PROCESSO Nº 15.826-7/2017.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo nº **16.711-8/2017**.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 1º, XV, da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), c/c o artigo 30-E, IX, da Resolução nº 14/2007 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), por unanimidade, acompanhando o voto do Relator, alterado oralmente em sessão plenária no sentido de determinar o apensamento da presente representação ao processo nº 15.826-7/2017, e de acordo, em parte, com o Parecer nº 52/2018 do Ministério Público de Contas em, preliminarmente, **decretar a REVELIA** da Sra. Adriana do Nascimento Brust, nos termos do artigo 140, § 1º, da Resolução nº 14/2007; e, no mérito, julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a Representação de Natureza Interna acerca irregularidades nas retenções e pagamentos de tributos, formulada em desfavor da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste, gestão do Sr. João Antônio da Silva Balbino, sendo as Sras. Laura Oliveira de Amorim – ex-secretária municipal de Administração e Finanças, Seair Cristina Jorge – contadora municipal à época, neste ato representados pelos procuradores Rony de Abreu Munhoz – OAB/MT nº 11.972, Ivan Schneider – OAB/MT nº 15.345 e Seonir Antônio Jorge – OAB/MT nº 23.002, Edianne de Oliveira Farias – contadora municipal à época, e Adriana do Nascimento Brust – ex-secretária municipal de Administração e Finanças, conforme fundamentos constantes no voto do Relator; **determinando** o apensamento da presente representação ao **processo nº 15.826-7/2017**, que foi convertido em Tomada de Contas por meio do Acórdão 126/2018 - SC. **Encaminhem-se** os autos à Coordenadoria de Expediente, para providenciar o apensamento.

Relatou a presente decisão o Conselheiro Interino ISAIAS LOPES DA CUNHA (Portaria nº 124/2017).



Participaram do julgamento os Conselheiros Interinos JOÃO BATISTA CAMARGO (Portaria nº 127/2017) – Presidente, e MOISES MACIEL (Portaria nº 126/2017).

Presente, representando o Ministério Público de Contas, o Procurador GUSTAVO COELHO DESCHAMPS.

**Publique-se.**

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2018.

*(assinaturas digitais disponíveis no endereço eletrônico: [www.tce.mt.gov.br](http://www.tce.mt.gov.br))*

JOÃO BATISTA CAMARGO  
Conselheiro Interino  
Presidente da Segunda Câmara

ISAIAS LOPES DA CUNHA – Relator  
Conselheiro Interino

GUSTAVO COELHO DESCHAMPS  
Procurador de Contas